

RICARDO BIELSCHOWSKY

330.981
B587pe
5. ed.

PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

**O CICLO IDEOLÓGICO
DO DESENVOLVIMENTISMO**

5ª edição

Prêmio Haralambos Simeonides da
Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (Anpec)

DEDALUS - Acervo - FEA



CONTRAPORTO

integrar a diretoria do Banco e foi com ele solidário em suas intenções de promover o desenvolvimento nordestino, antes mesmo que Furtado fosse convidado por Kubitschek para deslanchar a Operação Nordeste.

Encerramos aqui, finalmente, a resenha sobre o pensamento de Campos. Aos que iniciaram a leitura notando a consonância da visão do autor, no início dos anos 50, com posições teóricas tipicamente nacionalistas, e que então surpreenderam-se com a ênfase que ele deu à estabilização monetária e à atração de capital estrangeiro a partir de meados da década, resta lembrar uma vez mais que Campos não chegou a ser propriamente incoerente com seu pensamento original. A alteração da natureza política dos seus textos foi compatível com a própria transformação da vida econômica e política brasileira e com o próprio percurso do envolvimento pessoal do autor como personagem desse processo de transformação. Isso ficará claro, esperamos, na parte II do presente trabalho, onde procuramos associar nossa história das ideias à história real.

5.4 O SETOR PÚBLICO: DESENVOLVIMENTISMO NACIONALISTA

5.4.1 INTRODUÇÃO

As transformações econômicas que se seguiram no Brasil à crise dos anos 30 introduziram uma violenta mudança no quadro de instituições brasileiras. A centralização de poder comandada por Vargas gerou um conjunto de agências planejadoras, como o Departamento Administrativo do Serviço Público, o Conselho Federal do Comércio Exterior, o Conselho Nacional do Petróleo, o Conselho Nacional de Águas e Energia e tantas outras. Nessas instituições, voltadas para a solução de problemas de âmbito nacional, constituíam-se naturalmente, por força das atribuições, equipes de técnicos civis e militares preocupados com o problema do desenvolvimento industrial brasileiro. Homens como Barbosa Carneiro, Horta Barbosa, Macedo Soares, Anápio Gomes e Aldo Franco formaram o embrião da corrente desenvolvimentista nacionalista, que seria, nos anos 50, ao lado dos neoliberais, a linha de pensamento de maior militância intelectual do país. Naquele passado originário, alguns desenvolvimentistas nacionalistas que viriam a destacar-se nos anos 50 fizeram o seu aprendizado junto aos pioneiros. Foi o caso, por exemplo, de Rômulo de Almeida, Jesus Soares Pereira, Américo Barbosa de Oliveira e Tomás P. Accioly Borges.

Os desenvolvimentistas nacionalistas defendiam, como os demais desenvolvimentistas, a constituição de um capitalismo industrial moderno no país. Tinham, como principal traço distintivo, uma decidida inclinação por ampliar a intervenção do Estado na economia, através de políticas de apoio à industrialização, integradas, na medida do possível, num sistema de planejamento abrangente e incluindo investimentos estatais em setores básicos. Tratava-se de um con-

junto de técnicos de órgãos do governo que pautavam seu exercício profissional pela ideologia da industrialização planejada como solução histórica para o atraso da economia e da sociedade brasileiras. Consideravam que a acumulação de capital nos setores estratégicos não podia aguardar a iniciativa e o arbítrio do capital estrangeiro, necessitando de controle e comando interno de agentes capitalistas nacionais. Vale dizer, do Estado, já que era consensual que a debilidade do empresariado nacional inviabilizava soluções privadas. Eram céticos quanto às possibilidades de contribuição do capital estrangeiro na fundação dos alicerces da estrutura industrial a ser formada. Particularmente no que dizia respeito aos setores historicamente dominados pelo grande capital estrangeiro, como transporte e energia elétrica, ou por ele cobiçados, como petróleo e mineração em geral, a ideologia da industrialização ganhava conotação fortemente nacionalista e estatizante. O mesmo se dava com o caso de setores industriais básicos, em particular com a grande indústria química e com a siderurgia. Por exemplo, o sistemático boicote de Percival Farkhar às aspirações mineiras de implantar uma indústria siderúrgica no país e a recusa da U.S. Steel ao convite de Vargas para que investisse no Brasil integravam a memória nacionalista no que dizia respeito às possibilidades de se contar com o capital estrangeiro para a industrialização. A lentidão da expansão dos serviços de energia e transportes, que os liberais atribuíam ao congelamento de tarifas, mas que os nacionalistas avaliavam como prova da necessidade de intervenção e planejamento estatal, adicionava argumentos à concepção de que uma estratégia de inversões estatais nesses setores tornava-se condição indispensável do processo de industrialização.

Nos demais setores industriais, porém, o capital estrangeiro era bem-vindo pelos desenvolvimentistas nacionalistas. Esse é um ponto nem sempre compreendido pelos estudiosos da industrialização brasileira. Explica, por exemplo, como o comandante Lucio Meira, um desenvolvimentista nacionalista, foi o grande articulador do Plano de Metas no que se refere à indústria automobilística, trazendo para o país as grandes empresas internacionais. A restrição que faziam, nesses casos, dizia respeito à necessidade de controles, sobretudo na questão das remessas de lucros, que consideravam uma séria ameaça ao equilíbrio do balanço de pagamentos e, portanto, ao prosseguimento da industrialização.

Em resumo, a preocupação dos desenvolvimentistas nacionalistas era garantir o processo de industrialização. Dessa maneira, tanto podiam entusiasmar-se com inversões estatais em setores que consideravam estratégicos quanto com inversões estrangeiras em setores cuja implantação poderia seguir, em sua opinião, o curso privado, sem prejuízo do processo como um todo.

Ainda assim, pensavam, mesmo os investimentos privados deveriam obedecer à ordenação de um planejamento econômico. A indústria automobilística, por exemplo, foi montada sob a orientação do Plano de Metas, num estilo de programação saudado pelos desenvolvimentistas nacionalistas como um pro-

gresso em termos de orientação e controle da economia brasileira. O Plano de Metas correspondia, contudo, em sua opinião, a uma programação ainda insuficiente: não tinha a abrangência que imaginara Roberto Simonsen e que preconizavam Américo Barbosa de Oliveira, Rômulo de Almeida, Octávio Dias Carneiro e os demais desenvolvimentistas nacionalistas. Foi Celso Furtado que incumbiu de apresentar ao país a técnica cepalina de programação, que se tuía um modelo de planejamento abrangente, ao gosto dos economistas de sua corrente. Voltaremos ao assunto mais adiante.

O desenvolvimentismo nacionalista originou-se, conforme observamos, no período 1930-45. Sobreviveu, em seguida, ao liberalismo do governo Dutra, nos anos do imediato pós-guerra, através de alguns núcleos de resistência desenvolvimentista que contra-arrestaram o esvaziamento e a extinção das agências criadas por Vargas. Foi o caso, por exemplo, da Cexim, no Banco do Brasil, onde permaneceram Aldo Franco e Anápio Gomes, e o caso da Fundação Getúlio Vargas, onde até 1952 Américo Barbosa de Oliveira, Accioly Borges e Richard Lewinsohn editaram a revista *Conjuntura Econômica*. E foi, sobretudo, o caso do Departamento Econômico da CNI, criado por Roberto Simonsen em 1946 e confiado a Rômulo de Almeida. Na revista *Estudos Econômicos*, publicada a partir de 1950 por esse departamento, é possível discernir, nos primeiros anos, uma orientação que representou uma tentativa de composição entre as ideias dos desenvolvimentistas nacionalistas e os interesses do empresariado industrial da CNI. Foi nesse departamento que Almeida e outros nacionalistas, como Ewaldo Correia Lima e Heitor Lima Rocha, aguardaram seu ingresso na liderança de novas instituições públicas que viriam a formar-se nos anos 50.

Almeida criou, em 1951, a Assessoria Econômica de Vargas, formando uma equipe com Jesus Soares Pereira, Ignácio Rangel, Otholmy Stravch e outros. Nos escritórios do presidente da República estavam ainda, em outros postos de assessoria, Cleantho de Paiva Leite e Lúcio Meira.

Vários desses nomes compuseram, alguns anos depois, o quadro dirigente e a elite técnica da principal agência pública desenvolvimentista do país — o BNDE. Durante o governo Kubitschek, Paiva Leite e Correia Lima participaram da diretoria do Banco, onde também esteve, em cargo provisório especial, voltado para a criação da Sudene, o cepalino Celso Furtado, que em 1954 e 1955 já trabalhara nos escritórios do Banco, no Grupo Misto Cepal-BNDE.

O grande encontro dos desenvolvimentistas nacionalistas deu-se em meados dos anos 50, quando Furtado e Barbosa Oliveira fundaram o Clube dos Economistas, órgão que reuniu algumas dezenas de técnicos nacionalistas do governo federal e alguns desenvolvimentistas do setor privado. Deixou sua grande marca registrada na *Revista Econômica Brasileira*, que circulou entre 1955 e o início dos anos 60 e foi a principal difusora das ideias cepalinas no Brasil nesse período.

Um segundo importante órgão de divulgação das ideias desenvolvimentistas nacionalistas foi a revista *Cadernos do Nosso Tempo*, editada pelo Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp) entre 1953 e 1956. O Ibesp e seu sucessor, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), foram instituições básicas de formulação e difusão da ideologia nacionalista entre 1953 e 1964. Reuniram um grupo de destacados sociólogos, filósofos e historiadores, como Helio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Vieira Pinto, Candido Mendes e Nelson Werneck Sodré. Na área de reflexão sobre a economia brasileira, não tiveram, contudo, a expressão do Clube dos Economistas, limitando-se a abrir espaço à divulgação de ideias como as dos estruturalistas Ewaldo Correia Lima e Heitor Lima Rocha. A militância intelectual mais importante nesse órgão, por parte de economistas, coube a Rangel, pensador independente e membro ativo do grupo isebiano de primeira hora, o "grupo de Itatiaia", que fez reuniões periódicas em 1952 e fundou o Ibesp no ano seguinte. Deve-se observar, a propósito, que o historiador socialista Nelson Werneck Sodré, dedicado, desde os anos 40, a analisar a economia industrial brasileira em formação, destacou-se no Iseb mais pela militância ideológica na afirmação do nacionalismo do que por uma dedicação a análises de cunho econômico.

Já fizemos menção à principal característica distintiva da corrente desenvolvimentista nacionalista, ou seja, a sua defesa de uma profunda intervenção estatal na economia, através de políticas orientadas por um minucioso planejamento econômico e reforçadas por investimentos estatais em setores "estratégicos". Dois outros traços distintivos são também encontrados numa comparação dessa corrente desenvolvimentista com as demais.

Em primeiro lugar, seus economistas faziam uma sistemática defesa da subordinação da política monetária à política de desenvolvimento econômico. Eram, nesse ponto, aliados dos desenvolvimentistas do setor privado, mas diferenciavam-se deles no que dizia respeito à interpretação do processo inflacionário e à forma de combatê-lo: introduziram e difundiram no Brasil o estruturalismo cepalino e, salvo raras exceções, desconsideraram as medidas de curto prazo para o controle inflacionário — que, no caso dos desenvolvimentistas do setor privado, deveriam incluir, como vimos, redução salarial e tributária. O desenvolvimentista nacionalista mais dedicado à análise da questão inflacionária foi Celso Furtado. Como veremos nas seções que se seguem, a discussão da questão surgiu em seus textos como desdobramento natural da argumentação estruturalista.

O terceiro traço que distinguia os nacionalistas e as outras correntes desenvolvimentistas era sua inclinação política por medidas econômicas de cunho social. Em sua grande maioria, os economistas nacionalistas eram pessoas particularmente preocupadas com as condições de desemprego, pobreza e atraso cultural da população brasileira, e com o arcaísmo das instituições vigentes no país, fosse no campo ou no interior da administração estatal.

Não se deve, porém, exagerar a importância desse aspecto do pensamento dos nacionalistas. Trata-se de um traço menos marcante que a posição que assumiam frente a questões monetárias, e em nada comparável à ênfase que davam à defesa da intervenção estatal na economia. Nas décadas de 40 e 50, a mensagem básica que seus textos transmitiam limitava-se, praticamente, a apontar para a industrialização como processo transformador, capaz, em si mesmo, de minar os alicerces conservadores da sociedade e viabilizar a superação da miséria. Contribuíram para isto não somente a esperança e o otimismo dos anos 50, mas também o fato de que as tarefas progressistas que se apresentavam aos técnicos de governo que formavam a corrente desenvolvimentista nacionalista estavam, no nível de sua atuação profissional, inteiramente situadas no plano do que se pode chamar de viabilização do "desenvolvimento das forças produtivas".

Na área de relações de produção (entre capital e trabalho), à exceção da dedicação, por parte de Tomás P. Accioly Borges, à problemática da reforma agrária, o que se observa, pelo menos até fins dos anos 50, é uma relativa omissão, que evitou, inclusive, as discussões sobre reajustes salariais. Nesse ponto, os nacionalistas mantiveram somente uma discreta e vaga posição de defesa do princípio de elevação do salário real proporcional aos aumentos da produtividade. Apenas um campo de preocupações sociais recebeu proposições reformistas relativamente abrangentes, ou seja, o das desigualdades regionais. Como se sabe, a questão foi analisada pela Assessoria Econômica de Vargas em 1953, na época em que Rômulo de Almeida criava o Banco do Nordeste, e foi revista e reforçada, por iniciativa de Celso Furtado, nos anos de criação da Sudene.

A "fé" na industrialização como via de superação da miséria era, sem dúvida, otimista e mesmo ingênua, mas estava longe de ser conservadora. Afinal, o amadurecimento político da sociedade brasileira não permitiu, antes do final dos anos 50, a politização do debate desenvolvimentista no nível da discussão de reformas progressistas que tangenciassem as questões básicas associadas às relações de produção entre classes sociais.

Por isso, embora o "reformismo" dos desenvolvimentistas nacionalistas contribuisse para diferenciá-los das outras correntes de pensamento, não chegou a ser fundamental para o cerne do que constituía o elemento definidor de seu pensamento. Em outras palavras, não constituiu elemento essencial à definição de seu projeto básico, ou seja, da proposta de garantir a presença maciça do Estado na economia, de modo a viabilizar a superação do subdesenvolvimento e a emancipação econômica e política através de um processo de industrialização.

No início dos anos 60, a conjuntura de crise comporia um cenário intelectual confuso, em que as mensagens da corrente desenvolvimentista nacionalista, para serem definidas com a incorporação da problemática social, necessitavam de tempo superior ao que foi dado pela história brasileira, que vedou participação política a esses economistas através do golpe militar de 1964. Fo-

ram feitas tentativas, às quais nos referiremos em outra parte do trabalho, mas no essencial o projeto desenvolvimentista não chegou a ser reelaborado. Pouco importa, nesse sentido, que os economistas nacionalistas, seguindo inclinação tradicionalmente progressista e reformista — que permitiria, talvez, a denominação de “social-democratas de esquerda”, não fosse a imprecisão da expressão —, tenham-se posicionado, naquele momento histórico, a favor das reformas de base e da reforma agrária: faltou-lhes tempo para amadurecerem uma redefinição acabada do projeto desenvolvimentista que incorporasse proposições concretas sobre reformas de base e questões sociais num projeto econômico e social politicamente viável.

Ainda assim, aquele foi um momento em que essas questões passaram a integrar a reflexão econômica dos desenvolvimentistas nacionalistas sobre a saída para a crise brasileira. Momento, portanto, bem distinto da década anterior, em que esses economistas dedicavam-se a um projeto em que o lugar que cabia à reforma no nível da distribuição de renda, e sobretudo da propriedade rural, era inteiramente secundário com relação ao das preocupações com investimentos voltados para a industrialização. Nessas questões, como nas outras que caracterizam o desenvolvimentismo nacionalista, as análises de Furtado são representativas dessa corrente de pensamento.

5.4.2 O PENSAMENTO DE CELSO FURTADO

5.4.2.1 INTRODUÇÃO

Celso Furtado foi o grande economista da corrente desenvolvimentista de tendência nacionalista no Brasil. Coautor das teses estruturalistas, aplicou-as ao caso brasileiro e divulgou-as no país com grande competência, dando consistência analítica e garantindo unidade mínima ao pensamento econômico de parcela significativa dos técnicos governamentais engajados no projeto de industrialização brasileira. Seu fôlego inesgotável e sua admirável capacidade de combinar criação intelectual e esforço executivo, assim como sua habilidade e senso de oportunidade para abrir espaço às tarefas desenvolvimentistas que propagava, explicam a enorme liderança que exerceu entre os economistas da época. Tornou-se, indiscutivelmente, uma espécie de símbolo da esperança desenvolvimentista brasileira dos anos 50.

Furtado graduou-se em Direito na Universidade do Brasil, em 1944, após o que ingressou no quadro técnico do Dasp. Obteve bolsa de estudos para doutoramento em Economia em Paris, onde estudou entre 1946 e 1948. Em 1949, foi convidado a transferir-se para a recém-criada Cepal, em Santiago, onde trabalhou, sob a chefia de Prebisch, na elaboração das teses cepalinas, de 1949 e 1953. Nesse último ano concluiu *A economia brasileira*, que é uma análise estruturalista da história econômica brasileira. Com alguns aperfeiçoamentos, sub-

trações e ampliações, o estudo transformou-se nos anos subsequentes no clássico *Formação econômica do Brasil*, desde então uma espécie de livro-texto obrigatório em todas as universidades brasileiras, e certamente a obra sobre economia brasileira mais lida no Brasil e no exterior.

Em 1954 e 1955, de retorno ao país, chefiou o Grupo Misto Cepal-BNDE, onde elaborou um estudo de apoio a um programa de desenvolvimento para o período 1955-62, que constituía a primeira aplicação da recém-elaborada técnica de programação da Cepal. Nesses dois anos de crise na vida política brasileira, liderou a formação do Clube dos Economistas e da *Revista Econômica Brasileira*, que congregava a nata dos técnicos desenvolvimentistas que serviam o governo federal no Rio de Janeiro. O objetivo mais ou menos óbvio e explícito era contribuir para consolidar uma base ideológica para o projeto desenvolvimentista, através da participação no debate econômico do país.

Furtado lançou, em 1957 e 1958, as sementes das propostas que rapidamente se transformariam na Sudene, graças ao resolutivo apoio de Juscelino Kubitschek. O projeto Operação Nordeste (Opene) foi articulado no próprio BNDE, onde Furtado ocupou uma diretoria especial, criada para orientar o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que elaborou o projeto Sudene. De 1959 a 1952, chefiou a Sudene em Recife. De lá e do planejamento regional, transferiu-se para Brasília e para o planejamento nacional. Ocupou então o cargo de ministro extraordinário de Planejamento, criado, pode-se dizer, para legitimar a divulgação do Plano Trienal, de cuja redação fora incumbido pelo presidente João Goulart. A publicação do Plano, em dezembro de 1962, já foi feita em meio a uma profunda e crescente crise econômica e política, que rapidamente o afastaria do novo cargo e, pouco mais de um ano depois, da própria vida nacional.

Nesse percurso, além dos estudos de planejamento e da obra sobre história econômica brasileira, produziu grande número de artigos e conferências e quatro livros (Furtado, 1958, 1961b, 1962 e 1964). O mais importante deles é *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, que reúne os artigos redigidos nos anos 50, em que se posiciona diante da problemática teórica do desenvolvimento e apresenta a perspectiva teórica estruturalista.

O trabalho intelectual de Furtado, no período que vai até 1964, corresponde a um criativo exercício de refinamento, aplicação e divulgação do pensamento estruturalista. Um propósito básico e também uma função efetiva desse trabalho foi consolidar, entre os desenvolvimentistas nacionalistas brasileiros, um entendimento minimamente homogêneo da problemática do subdesenvolvimento do país, equipando-os com arma teórica para combater as análises e propostas das correntes adversárias. Mas não foi só por isso que Furtado tornou-se o economista mais representativo do grupo. Essa condição deveu-se também ao fato de que sua obra contém, de forma elaborada, as três características que,

no seu conjunto, singularizam o conteúdo político do pensamento econômico dessa corrente, relativamente às outras correntes desenvolvimentistas.

Em primeiro lugar, contém uma defesa da liderança do Estado na promoção do desenvolvimento, através de investimentos em setores estratégicos e, sobretudo, do planejamento econômico. Furtado, assim como os demais economistas de sua linha de pensamento, não dispensava a contribuição do capital estrangeiro, desde que limitada a setores não estratégicos e submetida a controles. Sua conceituação da questão tem origem na ideia de que só através da coordenação estatal seria possível internalizar os centros de decisão sobre os destinos da economia brasileira e romper com as relações de submissão ao comando tradicional dos países desenvolvidos; ou seja, só através de decidida ação estatal seria possível a emancipação econômica nacional. Em segundo lugar, a obra de Furtado contém a defesa estruturalista da submissão da política monetária e cambial à política de desenvolvimento, base da argumentação nacionalista, em oposição aos programas de estabilização preconizados pelo FMI. Finalmente, sua obra revela um compromisso com reformas de cunho social. A preocupação com essas reformas ganha espaço crescente em seus textos, iniciando-se pela defesa de tributação progressiva, passando ao projeto de desconcentração regional da renda (Sudene) e atingindo o apoio à reforma agrária.

Nossa resenha inicia-se pelo exame da orientação analítica do pensamento do autor e sua contribuição à teoria estruturalista (que inclui sua obra de história econômica brasileira, avaliada no Apêndice da presente seção). Em seguida, abordamos os três aspectos acima apontados, iniciando pela análise do seu pensamento sobre os problemas de inflação e balanço de pagamentos, passando então ao exame de sua visão do papel do Estado e do capital estrangeiro, e finalizando pelo exame de sua posição com relação às questões distributivas.

5.4.2.2 ORIENTAÇÃO ANALÍTICA

5.4.2.2.1 OBSERVAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Furtado foi um dos principais autores da escola estruturalista. Bem de acordo com o espírito da escola, seguiu à risca a atitude preconizada pelo mestre Prebisch. Dele provavelmente leu, ainda sob a forma de manuscrito, em Santiago, em 1949, a passagem do "Manifesto Latino-Americano" em que exortava os jovens economistas do continente à independência teórica na tarefa de analisar as realidades latino-americanas e à contestação do "falso senso de universalidade" que, segundo pensava, existia na teoria econômica empregada nos países desenvolvidos (Prebisch, 1949, p. 17).

Prebisch escreveu seus desafios num momento em que sua própria equipe, que incluía Furtado, concebia as bases da teoria estruturalista do desenvolvimento econômico. Furtado participou da formulação inicial dessa teoria e deu

diversas contribuições ao seu desenvolvimento. No desenrolar do debate público sobre política econômica e desenvolvimento, foi levado a dar substância às teses cepalinas e a reformulá-las, para acionar as duas funções que a teoria estruturalista perfazia, ou seja, a de atacar as políticas econômicas liberais, amparadas pela teoria econômica convencional, e a de propor medidas alternativas, de cunho desenvolvimentista.

Além de estruturalista, Furtado era um keynesiano. Um keynesiano atípico, pode-se dizer. Dado o seu entendimento das características das economias subdesenvolvidas — insuficiência de poupança, ao invés de excesso, como nas desenvolvidas —, não cabia, em geral, aplicar a macroeconomia keynesiana de forma idêntica ao que se fazia em economias maduras, nas quais predominava a problemática anticíclica. Sua famosa análise da recuperação brasileira do início dos anos 30 pode ser considerada, nesse sentido, uma exceção (Furtado, 1979, cap. XXXI).

O keynesianismo nas obras de Furtado foi, quase sempre, de natureza distinta, correspondendo mais propriamente a uma derivação de análise macroeconômica de inspiração keynesiana. Encontrava-se, ademais, perfeitamente integrado com o restante da análise estruturalista. Consistia essencialmente no fato de que seus estudos estruturalistas sobre história econômica brasileira e sobre economia brasileira de um modo geral estavam recobertos pela noção de que o mercado interno constitui um elemento essencial de dinamização da produção e da renda. Esse princípio, que guarda certa analogia com o de multiplicador, orienta a análise do autor em dois sentidos: por um lado, Furtado explica, por exemplo, como a expansão da renda da economia escravista exportadora era exatamente limitada por efeito de uma combinação de elementos que faziam com que os impulsos externos se esgotassem no interior do próprio setor exportador; e por outro, além desse “keynesianismo pela negativa”, o princípio é empregado também de forma positiva, como, por exemplo, na argumentação de que o advento do trabalho assalariado na economia cafeeira representara a condição básica para que o impulso externo pusesse em marcha um efeito cumulativo de expansão da produção e da renda. Dito de outra forma, Furtado acreditava — como, aliás, bom número de analistas do subdesenvolvimento — que a dinâmica de crescimento econômico nos países periféricos era dada por pressão da demanda, diferentemente do modelo clássico ou do schumpeteriano.

Uma outra dimensão do pensamento de Furtado, que reforça uma certa “aura keynesiana” em sua obra, é seu posicionamento diante da questão do planejamento, que defendia com entusiasmo, como aliás, faziam os demais autores cepalinos. Nesse sentido, como é óbvio, o termo “keynesiano” tem um sentido apenas simbólico, aplicando-se com o significado de que, como os seguidores de Keynes, os estruturalistas desafiavam a ideia de que o sistema econômico tende a um equilíbrio automático e à eficiência máxima, desde que

garantida a livre movimentação das forças de mercado. Nessa atitude de desafio à teoria econômica convencional e na conclusão pela necessidade de intervenção governamental esgota-se, porém, a semelhança. O planejamento, na perspectiva keynesiana, destina-se a reconduzir o sistema econômico à situação de pleno emprego e aí preservá-lo. No estruturalismo, destina-se a coordenar os esforços de industrialização, de forma a reunir condições para superar os obstáculos estruturais que dificultam o desenvolvimento.

Faremos, na seção seguinte, um resumo das características básicas do pensamento estruturalista do autor, através de um exame de suas contribuições à teoria cepalina do desenvolvimento econômico. Cabe observar, a título introdutório, que a dedicação de Furtado a essa tarefa não deriva apenas da recusa da visão estática das vantagens comparativas do comércio internacional, nem tampouco apenas da recusa da interpretação convencional de que o déficit externo dos países latino-americanos é consequência da inflação. Esse foi, talvez, apenas o ponto de partida de sua rebeldia de cunho cepalino. No caso de Furtado, a obediência à mensagem de Prebisch inclui uma decidida busca de toda uma teoria adequada à compreensão do subdesenvolvimento latino-americano. E inclui a frustração de quem não encontrava na teoria econômica o instrumental analítico desejado. Na verdade, Furtado era cético mesmo no que dizia respeito à utilidade do instrumental teórico disponível para a análise do problema do desenvolvimento das próprias economias maduras. No último capítulo de *A economia brasileira*, por exemplo, após um exame do que considerava os principais elementos constituintes das teorias clássica e neoclássica, da visão schumpeteriana e da perspectiva keynesiano-estagnacionista, concluiu:

As observações feitas anteriormente põem em evidência que o problema do desenvolvimento ocupou sempre um segundo plano na ciência econômica. As atenções dos economistas, até o presente, têm-se concentrado nos problemas relativos à repartição do produto social, às flutuações no nível dos preços e à insuficiência periódica do grau de ocupação da capacidade produtiva. A análise desses problemas tem levado, uma vez ou outra, algum teórico a tecer considerações marginais sobre o problema do crescimento a longo prazo. E de uma maneira geral essas considerações têm conduzido antes à formulação de uma teoria da estagnação que do desenvolvimento. (Furtado, 1954, p. 245)

O autor não chega a fazer considerações sobre a aplicabilidade desse instrumental ao caso das estruturas subdesenvolvidas. Mas a intenção de sua abordagem é bastante clara: prende-se à sua convicção sobre a necessidade de formular uma construção teórica própria à análise do subdesenvolvimento. É, por certo, essa a razão que o leva a reeditar o mesmo capítulo no livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, publicado vários anos depois, e que está organizado de forma a legitimar a teoria estruturalista do subdesenvolvimento. Vejamos, finalmente, quais as relações entre a obra de Furtado e o quadro analítico estruturalista.